



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA AGRÁRIA
DA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA**

DANIELE BARRETO DA COSTA

**A HISTÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
BARCARENA: as lutas pela terra nas décadas de 80 e 90 do século XX.**

**ANANINDEUA - PA
2018**

DANIELE BARRETO DA COSTA

**A HISTÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
BARCARENA: as lutas pela terra nas décadas de 80 e 90 do século XX.**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea apresentado a Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de especialista, sob orientação do Prof. Dr.º Edilza Joana Oliveira Fontes.

ANANINDEUA - PA
2018

DANIELE BARRETO DA COSTA

**A HISTÓRIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE
BARCARENA: as lutas pela terra nas décadas de 80 e 90 do século XX.**

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea apresentado a Universidade Federal do Pará, como requisito final para obtenção do título de especialista, sob orientação do Prof. Dr.º Edilza Joana Oliveira Fontes.

Conceito:

Data da defesa: ____/____/2018

BANCA EXAMINADORA:

Prof.º. Dr.ª Edilza Joana Oliveira Fontes
Universidade Federal do Pará
Orientadora

Prof.º. Dr. Carlos Leandro da Silva Esteves
Universidade Federal do Pará
Avaliador

Prof.º. Msc.ª Adriane dos Prazeres Silva
Universidade Federal do Pará
Avaliadora

A História do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barcarena: as lutas pela terra nas décadas de 80 e 90 do século XX.

Daniele Barreto da Costa¹

RESUMO

A construção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barcarena durante a década de 1990, insere-se no contexto da redemocratização brasileira, onde se discutia a questão relacionada à pretensa reforma agrária, à titulação de áreas de terras por posseiros e ao fortalecimento de movimentos pela terra e pela organização dos pequenos produtores rurais que encontravam eco às suas reivindicações em movimentos de esquerda que se aproximavam do trabalhadores rurais e da igreja católica, organizadas em conjunto com a FASE e a FETAGRI em cursos de formação para agricultores e que discutiam questões de conflitos do campo na Comissão Pastoral da Terra (CPT). Lideranças novas foram ganhando espaço num cenário político alienado e alimentado por antigas e “tradicionais” famílias que se perpetuavam no exercício do poder municipal, e a entrada de projetos minero-metalúrgicos serão responsáveis por alimentar uma série de conflitos que serão mediados pela ação dos sindicalistas. Sujeitos históricos não tradicionais, que começam a ganhar espaço como lideranças entre os pequenos agricultores e se fortalecem nas entidades sindicais e nos ajudarão a entender mais sobre a questão da terra Amazônia, a partir dos seus agentes de transformação: os Trabalhadores rurais e sindicalistas.

Palavras-Chave: Sindicato; Conflitos Agrários; Trabalhadores rurais; Albrás.

1. INTRODUÇÃO

Enfocamos neste trabalho a questão relacionada com a formação de movimentos sindicais em Barcarena nos anos de 1980 e parte de 1990 e refere-se a situações de enfrentamento desencadeadas com a construção de projetos minero-metalúrgicos² e, a consequente expropriação de terras, além da atuação das entidades sindicais.

Nos anos que se seguiram pós-64 o sindicalismo rural era visto com viés prioritariamente assistencialista e estava sob tutela do Estado, dominados por agentes que corroboravam apenas para a aquisição de aposentadorias e pensões para agricultores, eram sindicatos “pelegos” (ZANETTI, 1993). Mas as coisas mudariam em Barcarena quando da chegada do complexo construtor de Albrás/Alunorte, como aliás ocorrera em quase todos os lugares na Amazônia onde se implantaram grandes projetos.

¹ Graduada em Licenciatura e bacharelado em História (2013), discente do curso de especialização em História Agrária da Amazônia Contemporânea, UFPA.

² Maurílio de Abreu Monteiro / Eder Ferreira Monteiro. Amazônia: os (des) caminhos da cadeia produtiva do alumínio. Novos Cadernos NAEA. v. 10, n. 2, p. 87-102, dez. 2007

Segundo Marco Antonio dos S. Teixeira (2010, p.121-136) na maioria das cidades do Brasil a experiência dos sindicatos era de ordem urbana e estavam ligados a lutas de enfrentamento entre a patronal e o proletariado, na Amazônia, porém a situação tornar-se-ia mais complexa. Entendida pelos discursos dos governantes como terra sem homens (FONTES, 2017), haja visto a enorme quantidade de povos tradicionais que a habitava na qualidade de posseiros, e que, portanto, não tinham documento de posse da terra, o que tornava-as propriedade do Estado, e logo então passível de consorciamentos pelo Estado que serviram aos interesses do capital internacional (NAHUM, 2008).

As ações de despejo da terra por ações governamentais foram a ordem para a implantação do complexo. Acoçados, expurgados e marginalizados os homens das vilas próximas e das comunidades da estrada do entorno de Vila dos Cabanos, viram como alternativa abandonar suas terras e aglomerarem-se em áreas periféricas da cidade de Barcarena-PA, pois sair não era uma alternativa (MAIA; MARIN, 2014).

O Programa de Integração Nacional incorpora como uma de suas peças o projeto de mineração ALBRAS-ALUNORTE, que insere, obrigatoriamente, no discurso monótono, uniformizador de “progresso e do desenvolvimento”, os processos de lutas, disputas, arranjos e negociações entre os agentes sobre o território e seus recursos. O empreendimento instalou-se no município de Barcarena situado a 40 km de Belém integrado à microrregião do Baixo Tocantins. O advento do “progresso” no município representou a expropriação de comunidades tradicionais, multiplicação de situações de conflitos e “dramas sociais”, assim como sua organização para empreender lutas de reconhecimento e por direitos territoriais.³

Muitos acreditavam que o sacrifício valia à pena, pois seriam eles absorvidos pelo “progresso e modernização”, segundo a historiadora Edilza Joana Fontes (2003), as condições de trabalho e luta sindical dos operários que eram separados por suas origens entre *peões de trecho e peões de casa*,⁴ este último fazendo referência a um número enorme de trabalhadores que eram oriundos da região do entorno do projeto, eram trabalhadores rurais da “estrada” ou das “ilhas” que abandonavam suas terras ou eram espoliados e se dirigiam para a cidade de Barcarena – Pará.

³ MAIA, Rosane de Oliveira Martins & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial**. Caxambu-MG.2014.In: 38º Encontro Anual da ANPOCS. GT07 - Conflitos ambientais, Estado e ideologia do desenvolvimento: mediação e luta por direitos.p.03.

⁴ FONTES, Edilza Joana Oliveira. O peão de trecho e o peão de casa: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 6, n. 1, p. 65-82, jun. 2003

É nesse contexto que se acirram as disputas por terras nessa região. A saída da terra, mesmo que mediante indenização, não era uma ação da coletividade, e os enfrentamentos entre o capital e os agricultores era desigual. Sem apoio dos órgãos representativos do aparelho estatal, a busca pelo sindicato rural fora a alternativa e em grande parte se fez orientado pela ação de instrumentos de luta que encontravam espaço na CUT, na FASE e na Comissão Pastoral da Terra, apoiada na atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), segundo Candido Grzybowski (1987, p.68-69), “em boa parte dos movimentos, a identidade social resulta de uma combinação de direitos com religião dando aos sujeitos uma identidade político-religiosa”.

2. ALGUMAS NOTAS SOBRE O SINDICALISMO NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

O Sindicalismo constitui uma bandeira de luta histórica das sociedades pós-industrializadas. Nascido da necessidade de autoafirmação das classes pobres do proletariado europeu frente à exploração do capital burguês, O sindicato tornou-se lugar de luta e enfrentamento pela diminuição das desigualdades sociais nas cidades, conforme ressalta o sociólogo Antunes (1979) em, *O que é sindicalismo?*. Na maior parte das vezes o sindicalismo era uma experiência de organização que partia das cidades, como “sociedades de resistência” coletiva.

Em Marcelo Badaró Mattos (2003), a época em que se sucedera o Golpe varguista, o campo não mais será o setor de maior importância para as aspirações econômicas de Vargas, e os conflitos pela terra foram deixadas em segundo plano. Perseguido e expropriado, o homem do campo procurou resistência em associações rurais, mas que quase sempre eram vistas como manifestações políticas, e há época combatida como caso de polícia.

No Brasil, o sindicato como entidade representativa de classes só se tornará uma organização no século XX, e ainda mobilizado por forças ligadas ao que se concebia na Europa quando da entrada massiva de imigrantes para suprir a necessidade de mão de obra nas indústrias brasileiras, que instalava seu parque industrial muito tardiamente. Conforme Mattos, eram muitas as organizações e formas de luta à disposição dos trabalhadores, mas o que ansiavam? “Salários maiores, jornadas menores e condições de trabalho melhores.”. Destituídos de qualquer forma de garantia da seguridade social, foram as “caixas assistenciais”⁵

⁵ PAULA, Amir El Hakim de. A Ação territorial dos Sindicatos-revolucionário sob o Estado Liberal. In: A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015.pp. 87-172.

(PAULA, 2015), das organizações de trabalhadores que garantia assistência ainda que precária e dentro das possibilidades do proletariado urbano brasileiro.

No campo, por outro lado, essas ações estarão tuteladas às Ligas camponesas e as associações que ganham espaço de luta no campo, principalmente no Nordeste, mas não exclusivamente. Da república brasileira, herdara-se o patronato da terra, onde figura o coronelismo e o voto de cabresto, marcado pela ascensão de uma oligarquia nos moldes tradicionais e conservadores da velha política brasileira do imperialismo, perpetuando um conjunto de práticas de expropriação e desmandos no campo, perseguição e caça aos comunistas do campo, onde o episódio mais conhecido será o de Engenho de Galileia, ocorrido na Paraíba, que culminara com o assassinato de João Pedro Teixeira⁶.

Os anos que se seguiram ao pós-varguismo não aliviaram as tensões, a nova ordem bipolarizada do mundo, criara um cenário de caça aos comunistas e toda forma de organização deveria ser regulamentada por ação do Estado e tirava do trabalhador, tanto da cidade quanto do campo, qualquer forma de autonomia que pretendessem. O peleguismo já era pratica e com a ameaça do socialismo soviético se fez importante a fiscalização do trabalhador, que mesmo acuado levantou bandeira de luta, o que resultara em projetos encampados por políticos que acreditavam na reforma agrária, como possibilidade e o que de certo levou-os a tornarem-se inimigos a serem combatidos. O que não tardou muito, pois em 1964 o golpe de estado que implantou a ditadura militar, encontrou argumentação nessas “desordens” promovidas pelos trabalhadores, que contradiziam a política de alianças entre o Brasil e as nações capitalizadas (MOTTA, 2014).

Segundo Marco Antônio S. Teixeira (2010), a década de 1950 fora deveras uma década difícil para a organização campesina, pois ao mesmo tempo em que se acirravam os conflitos

⁶ Sobre isso assistir o Documentário Um cabra Marcado para Morrer, do cineasta Eduardo Coutinho. Coutinho não constrói um filme, mas três. O original “Cabra Marcado para Morrer”, falando da vida política de João Pedro Teixeira nos sindicatos, a situação dos trabalhadores do campo, usando de exemplo os trabalhadores de Sapé, e a vida de perseguida política de Elizabete Teixeira, que só queria justiça.

Após o assassinato de João Pedro Teixeira, Elizabete começa a fazer protestos em memória a ele. Depois, mais tarde, pede a investigação de seus assassinos. Não suficiente, ela cresce ainda mais a pauta dos protestos, indo para violência no campo e a situação do campesinato em todo o sertão. As manifestações tomam tamanha força e proporção que, após o golpe, o governo achou necessário uma intervenção, praticamente caçando Elizabete por onde ela fosse. Sendo assim, teve que mudar de nome e deixar todos os seus onze filhos com famílias amigas.

pela e que também se propunham ações pelo estado como a Reforma do Campo, também emergiram atitudes conservadoras que justificaram, inclusive o Golpe civil militar de 1964.

[...] com alguns juízes dispensando um tratamento hostil aos lavradores por meio da execução de ações de despejos ou por meio do enquadramento de lideranças camponesas na Lei de Segurança Nacional e a permanente indefinição das desapropriações realizadas pelo governo estadual agravaram ainda mais a situação dos conflitos.

A questão agrária ganhava centralidade nesse momento. Segundo Palmeira, “A ‘agitação camponesa’ foi um dos pretextos mais fortemente utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao princípio de propriedade, buscar apoio social ao seu projeto”,⁶ sobretudo após o “anúncio feito pelo presidente João Goulart, em 13 de março de 1964, de sua intenção de executar uma reforma agrária à margem das rodovias federais”.

Com o golpe civil-militar de 1964, as lutas no campo sofreram um refluxo.⁸ Lideranças foram perseguidas, assassinadas e torturadas pelo exército e por organismos policiais do Estado. Outros fugiram ou se exilaram.

Terras desapropriadas foram devolvidas aos seus supostos antigos donos e o medo tornou-se um componente na vida dos trabalhadores rurais, que nesse novo contexto não tinham apenas a violência dos proprietários e grileiros para se preocupar, mas também do governo que se instalou. (HELLER, 2006, p.276 apud TEIXEIRA, 2010, p.123)

Ainda que os aparelhos repressivos do estado Brasileiro tenham se feito presentes e constantes, não podemos negar que a ação de grupos de trabalhadores e trabalhadoras rurais na resistência fora constante e, muitas vezes, resultará da ação de grupos dos mais diferentes meios sociais: clérigos, leigos, partidários de esquerda, profissionais liberais, funcionários públicos e políticos engajados levantaram bandeiras de luta em defesa dos homens do campo.

Segundo Marcelo Badaró Mattos (2003, p. 48) durante a ditadura militar, “a CLT facultava ao Ministério do trabalho o poder de intervir nas entidades sindicais, vetando candidaturas ou destituindo diretorias eleitas e substituindo-as por interventores”. As décadas que seguiram à ditadura, as tensões se acirravam ainda mais ao nível de muitos sindicalistas serem enquadrados na Lei de segurança Nacional, sendo grandemente, perseguidos.

Esse cenário de intolerância e controle estatal, serviu em grande medida para esvaziar os sindicatos, afastados e tolidos de suas organizações não-governamentais - confessionais e leigas-, os trabalhadores formaram uma nova maneira de resistência, exatamente em um momento em que se desenvolvia na Amazônia uma experiência política de movimento de trabalhadores rurais que é necessário aqui resgatar. Para Grzybowski (1987), as experiências dos pequenos trabalhadores rurais,

[...] apontam para os dois lados da questão dos camponeses na estrutura agrária brasileira; para lutar contra a sua exclusão e /ou subordinação ao capital devem

lutar tanto por terra como por novas formas de integração na divisão social do trabalho e na economia como um todo.⁷

A organização do campesinato em sindicatos de trabalhadores rurais, bem como outras entidades de organização trabalhista em Barcarena, será fortalecida e/ou instaurar-se-á inerente ao processo de construção do complexo Albrás/Alunorte, o discurso dos governos militares era baseado no pretenso desenvolvimento e progresso a partir da entrada da parceria público-privado e da industrialização. Mas fora as ações desterritorialização que aprofundaram os laços de solidariedade entre as entidades de luta pela terra e pelo trabalho.

Segundo Nahum (2008),

[...] o fabuloso discurso do aumento do número de empregos diretos “parecia”, durante a implantação do projeto, dinamizar a economia municipal e assim justificar as desapropriações. Enormes contingentes de mão-de-obra, de distintas qualificações, foram recrutados pelas empreiteiras ligadas ao setor da construção civil. Segundo um diretor do departamento de recursos humanos da Albrás, “durante a construção da Albrás chegamos a ter cerca de 5.000 trabalhadores no canteiro de obras e mais uns 1.000 na construção da Vila dos Cabanos. (informação verbal).⁸

Para as populações tradicionais da Amazônia Barcarenense, vendia-se a ideia de progresso, a absorção dessa mão de obra “cabaço” no canteiro de obras da Albrás gerou expectativas de desenvolvimento, que faziam parte do discurso de autoridades engajadas em manter sua hegemonia política e econômica sobre o território, a gestão paternalista fora muito eficiente em primeiro momento. O Estado agiria como força de consolidação para a implantação do projeto, e nesse processo ainda segundo Nahum (2008),

A desterritorialização do colono, a expropriação da sua terra, destruiu a unidade familiar de produção e os laços sociais alicerçados começam a romper-se. Os sítios foram eliminados da fração do território onde estão o complexo Albrás/Alunorte e outras empresas que posteriormente chegaram, deixam de ser a unidade produtiva predominante na economia barcarenense. A unidade de produção familiar foi quebrada, política e territorialmente, para que a força de trabalho aí disponível e a migrante fossem utilizadas e empreendessem a edificação dos sistemas de objetos necessários à produção e circulação de alumínio primário.

[...] O Estado, na condução dos processos de desapropriação, sustentou “a ação da lei” em oposição à legitimidade de usufruto da terra pelos colonos, exigindo deles as escrituras das propriedades. Por isso, nos processos de desapropriação e de indenização, houve subvalorização das unidades familiares, pois aos olhos do poder estatal e empresarial os colonos eram posseiros e não proprietários legais.

⁷ GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e descaminhos dos Movimentos Sociais no campo. Rio de Janeiro. Ed.: Vozes. FASE 1987

⁸ NAHUM, João Santos. Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA. Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan./jun. 2008 . p. 65-84.

Foram essas ações de desrespeito com o “posseiro” e com o imigrante, retirados de sua terra à revelia de seus interesses e levados ao complexo pelo discurso de progresso amazônico, o impulso fundamental para a formação de entidades representativas das camadas de populações destituídas de terra e trabalho pelo grande capital em Barcarena-Pará.

2.1 Sindicalismo em Barcarena: A organização a partir de entidades representativas.

Nas décadas de 1960 e 1970, houve um crescimento dos movimentos no campo, em 1968 os sindicatos rurais somavam 625 (dos 2.730 sindicatos gerais), em 1976 já somavam 1.745 (de um total de 3.845)⁹. Esses feitos numéricos se explicam necessariamente por demandarem o estabelecimento de uma relação forjada na base do paternalismo e da perseguição aos líderes e militantes de correntes de esquerda. Segundo Mattos (2003, p. 52),

Após os primeiros anos de repressão [anos 1967-70], anunciava-se a intenção do governo de promover uma abertura política. Em meio a outros discursos oficiais que sinalizavam em direção à liberalização de regime, o ministro do trabalho do governo Costa e Silva - Jarbas Passarinho – anunciaria, em 1967, seu apoio à “renovação sindical”. Nesse momento tornaram-se menos frequentes, embora não inexistentes, as degolas de dirigentes eleitos, e surgiu espaço para a formação de movimentos intersindicais contrários à política salarial do governo¹⁰.

A esse exemplo seguiu-se o STRB-Barcarena, a entidade representativa dos produtores rurais era dominada por um representante pelego, e tinha como atribuição recolher o imposto sindical e encaminhar aposentadorias, não se envolvia em nenhuma questão relacionada às desapropriações que se fizeram à revelia da vontade dos posseiros da região protelada pelo Estado para a construção do complexo Albrás/Alunorte. Mesmo expurgados pelo capital e não amparados pelo sindicato, os expropriados se reuniram em outras entidades como a ADEBAR. Segundo Nahum (2008, p.4-5),

No território de Barcarena, a população residente na área destinada para a construção do complexo industrial sofreu as consequências das ações governamentais. Ela foi tratada pelo poder estatal e empresarial como obstáculo ao processo de modernização e sua retirada foi o preço exigido.

No processo de remoção da população a ação estatal usou de todo recurso normativo do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará- CDI, e da Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR.

⁹ MATTOS, Marcelo Badaró. O sindicalismo Brasileiro após 1930. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar. 2003. p. 58

¹⁰ Op.Cit.,2003,p 58.(Grifo meu)

Por esses meios as companhias supracitadas começaram as ações que preteriam em favor das empresas minero-metalúrgicas, as terras das populações tradicionais que habitavam os sítios da área denominada Montanha. Segundo o sindicalista João Batista¹¹, a estratégia utilizada pela CDI fora a remoção por meio de ação de expulsão, essas ações se davam de maneira arbitrárias. A empresa justificava que os moradores eram os invasores e, portanto, ao retirá-los de Montanha e transferi-los para Curupeté, o governo estava prestando a assistência adequada.

Segundo Nahum (2008), citando Maia e Moura (1995), “a fim de que fosse posto em prática o mecanismo jurídico das desapropriações foi designada uma instituição estadual, CDI, que realizou 404 desapropriações no período de 1983 a 1984 numa área de 40.000 há”, além desta instituição fora designada também uma companhia de ordem federal, a CODEBAR, a área desapropriada fora de, aproximadamente, 60 hectares, 155 famílias foram deslocadas de seus sítios.

A desapropriação consistia em uma exigência do consorciamentos formado pelas empresas do estado e multinacionais e se fizeram sem consultar ou considerar o que desejavam as comunidades impactadas pelo projeto. “A área desapropriada pelo CDI destinou-se à implantação do Complexo Industrial e à construção do Porto e a da CODEBAR à implantação do Núcleo de Barcarena”. As desapropriações se fizeram considerando alguns aspectos, dentre eles a organização que pudesse vir a surgir se as mesmas fossem feitas em um único ritmo. Por esse modo, o governo procedeu na tentativa de desarticular qualquer resistência (NAHUM, 2008, p. 69).

Inicialmente, segundo Maia e Moura (1995), a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará - CDI - e depois a Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - CODEBAR, desconsiderando o sítio familiar como unidade de produção e as relações sociais que lhes são específicas, estipularam para cada uma das famílias desapropriadas pequenos lotes urbanos de 9x30 mts ou 15x30 mts, ou lotes rurais de apenas 5 ha. Desencadeava-se todo um processo de reestruturação agrária e urbana que transformou o colono produtor em assentado consumidor.

O descontentamento das famílias assumiu forma coletiva na Associação dos Desapropriados de Barcarena - ADEBAR, fundada em 1986.

[...]A necessidade de organização e resistência acontece porque a implantação da Albrás/Alunorte fragmentou a unidade produtiva local, os sítios.

¹¹ O Senhor João Batista é atualmente vice-presidente do STTR-BA, filiou-se ao sindicato na década de 1980, e nunca se desligou do sindicato, sua atuação fora fundamental na formação de associações de moradores em áreas atingidas por conflitos de terra, filiado ao Partido dos Trabalhadores desde sua fundação, já fora candidato em vários pleitos eleitorais no município onde reside, a cidade de Barcarena-Pará. Concedeu-me entrevista no dia 16 de outubro de 2018, na sede do sindicato rural.

Depois de serem removidos à revelia, instalados no Curupeté, os novos assentados organizaram-se em torno da ADEBAR, nem todos os problemas gerados pela construção do complexo Albrás/Alunorte, resumiam-se às desapropriações, o “estrago” provocado para as populações tradicionais amazônicas pela política progressista e desenvolvimentistas dos governos militares ia muito além desta perspectiva.

Nessa perspectiva os moradores e suas formas de organização, constituam a menor e mais frágil força que se levantava a miúdo contra o enorme progresso que a implantação do complexo Albrás/Alunorte consistia, os posseiros eram o entrave a ser removido, e foram (BARROS, 2014). O desenvolvimento das relações internacionais era mais importante nos planos do governo. “Com a crise o Japão grande produtor e consumidor de alumínio começam a fechar as suas unidades industriais do setor e a transferi para países periféricos onde o fator energia, mão de obra, legislação ambiental fossem atraentes” (PINTO, 1997 apud BARROS, 2014, p.01).

Incorporava-se a este celeiro de produção um sem número de migrantes que pretendia encontrar mercado na fase de estruturação do parque industrial. Eram peões de trecho que migravam de obras da construção civil, como os nordestinos “candangos” do Distrito Federal. Para além desses experimentados “homens do trecho”, um outro contingente considerável de pequenos produtores rurais de zonas ribeirinhas e da “estrada”¹² se direcionaram para as obras do parque industrial do projeto supracitado, e assinavam carteira ou eram contratados como trabalhadores da construção civil pela primeira vez, segundo FONTES (2003, p. 67-68),

Os operários de Barcarena que trabalharam nas obras de infraestrutura do complexo industrial ALBRAS/ALUNORTE caracterizavam pela mobilidade, pela experiência de trabalhos em outros projetos (o peão de trecho), e pela inexperiência de parte da categoria, que estava fichando pela primeira vez (o peão cabaço).

A fase do milagre econômico brasileiro, ao mesmo tempo que inaugurava um crescimento exponencial das indústrias, também instalava uma série de conflitos de ordem trabalhista. A entrada massiva de empréstimos econômicos de capital internacional, insere a Amazônia na política de globalização e neoimperialismo proteladas pelo capital norte-americano e asiático, de onde a lógica de produção era o modelo toyotista.¹³

¹² Termo utilizado pelas populações locais para referir-se às populações tradicionais que vivem nas áreas de terra firme e vivem em pequenos núcleos rurais que ficam localizados ao longo das estradas que surgiram de maneira espontânea ou empreendidas pelo Estado.

¹³ Sobre esse assunto ler: **A necessidade de organização e resistência acontece porque a implantação da Albrás/Alunorte fragmentou a unidade produtiva local, os sítios**. De João Carlos da Silva Santiago. Belém-PA. 2007

Superadas essa onda de contratações iniciais que pretendiam implantar as bases infra estruturais do projeto industrial que se instalava em Barcarena, houve uma sinalização de rompimento de contrato com esses peões que eram abundantes, mas mão de obra barata e desqualificada, não necessária para o funcionamento operacional da fábrica. Podemos afirmar que essa onda de industrialização era generalizante no Brasil, ainda que tardiamente, esses conflitos gerados pela demanda de moradores da cidade, a falta de infraestrutura para receber os contingentes migratórios, aliados a política de abertura que sinalizava os governos finais da década de 1980, do presidente Figueiredo.

Não fora sem conflitos segundo Melo Junior (2004, p. 06),

[...] ZAPATA (1993) ao discutir a formação sindical Latino-Americana apresenta que as primeiras organizações aparecem sem nenhum amparo legal, não possuíam direitos e proteções governamentais. Assim sendo, o conflito torna-se a estratégia utilizada pelos sindicatos a fim de pressionar o sistema político. As paralisações, as greves, os conflitos representam uma importante força articuladora do movimento operário e sindical na América Latina.

Atendendo a todas as novas demandas sociais que se instalavam em Barcarena, fora necessário uma política de retomada da representatividade sindical, que só será possível definitivamente a partir de 1980, com a culminância do processo de redemocratização.

[...] Desde de 1979, porém, grandes esforços eram feitos para aglutinar o sindicalismo combativo em torno de uma central sindical. Desses esforços originou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Reunindo, quando de sua criação em 1983, os sindicatos identificados com as propostas do “novo sindicalismo” e as oposições sindicais que lutavam para afastar os pelegos dos sindicatos – tendo como melhor exemplo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo -, a CUT esteve por trás de boa parte das mobilizações sindicais no período.¹⁴

Segundo o sindicalista Jorge Cascaes¹⁵, haviam algumas entidades representativas de produtores rurais, e estavam definidas de acordo com categorias que considerava o tamanho da propriedade e o tipo de atividade desenvolvida nela. Havia o Sindicato do Produtor Rural, onde estavam conjugados os grandes produtores do município, e de outro o Sindicato dos Mini e Pequenos Produtores Rurais (STRB- Ba). Observe que a própria nomenclatura do segundo sindicato citado nos aponta uma previa classificação.

¹⁴ MATTOS.op.cit. p.67

¹⁵ Senhor Jorge Cascaes da Costa é sindicalista, atualmente com 58 anos, associado ao STTR- Ba, desde 1989, fora presidente do sindicato por um mandato, e membro da diretoria em outros, quando assumiu a presidência de outra entidade, a Associação de Moradores da Ilha das Onças (AMIO) deixou de ser membro da diretoria do dito sindicato, pois pretendeu se dedicar exclusivamente em intermediar as relações de construção do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE'S) da referida ilha. Concedeu-me entrevista para esta pesquisa no dia 15 de março de 2018.

Segundo o Dicionário da Terra de Marcia Motta (2005, p.300), por minifúndio define-se que,

Para efeitos da Lei nº 4.504, de 30/11/1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, o art. 4º define “minifúndio” como o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar. [...] cabe ressaltar que na realidade todo minifúndio, embora insuficiente, constitui uma propriedade familiar.[...] A lei nº 8.629/93, a chamada Lei Agrária, no seu art.4º, definiu a pequena propriedade como sendo a área compreendida entre um e quatro módulos fiscais.[...]

Nessa categoria de mini e pequenos produtores estavam, em geral, os posseiros com lotes pequenos, que sobreviviam da agricultura familiar, e também conjugavam atividades de cunho extrativista. A lei Agrária citada acima e datada do ano de 1993, já pode ser compreendida como uma vitória das lutas sindicais pós ditadura, pois em 1965, o Instituto Brasileiro de reforma Agrária (IBRA), autorizara os primeiros cadastros fundiários e definiam como minifúndio o “imóvel de extensão inferior à um modulo rural” (MOTTA, 2005, p.300).

Muitos trabalhadores procuravam os sindicatos porque estes ofereciam serviços de saúde bucal, ambulatorial, além de intervirem junto ao Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs), substituídos pelo INPS (e atualmente pelo INSS), conforme descrito por Mattos (2003, p.52) e que no caso do STTRB de Barcarena se confirma nas falas dos membros e ex-membros da diretoria sindicato.

De acordo com Marco Antonio S. Teixeira (2010, p.131),

[...] em 1971, com a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), que abrangeu questões de “aposentadoria (por velhice ou invalidez), pensão, auxílio funeral, serviços de saúde, serviço social”. O convênio entre o Funrural e as entidades de classe foi disciplinado em julho de 1971, através de uma resolução que determinava a assistência ambulatorial, desde que as organizações sindicais dispusessem de instalações próprias. Com isso, as condições institucionais para que o sindicato assumisse as funções de assistência sanitária e previdenciária foram criadas e tornaram-se, muitas vezes, prática dominante, senão única.

As lutas pela terra no campo Barcarenense ganharão repercussão quando da entrada dos grandes projetos na região, a atração de trabalhadores se deu grandemente alimentada pelo discurso de progresso dos governos federal e estadual, segundo Cunha & Silva (2007) inicialmente a ocupação de Barcarena não diferirá do restante da região do Baixo Tocantins, sendo de tipo “natural a nível intrarregional”, mas com o processo de implantação das Albrás/Alunorte as migrações se darão de maneira interregionalizada, de maneira induzida pelos agentes do governo, que veem na municipalidade uma incapacidade administrativa, e criam a CDI e a CODEBAR para garantir que o grande capital fosse o beneficiado.

A mudança na configuração socioespacial levanta questões diversas relacionadas a infraestrutura, economia, sociedade, poderes políticos inter e intraregionais, capacidades de

resolução de questões problemas e planejamento (ou ausência dele, neste caso). Cunha & Silva (2006, p.10), argumentam quanto a incapacidade da CDI e CODEBAR, resolverem as questões as quais tinham sido designadas (no que pese o discurso adotado pelo governo para justificar a criação dessas companhias), as ações promovidas por elas não nos deixa dúvidas de que, os interesses do Estado e das empresas do complexo foram atendidos, os entraves sociais foram removidos.

Mas os problemas sociais se tornariam um caso difícil a se evitar, não dava para esconder os problemas ocasionados pela migração desordenada. Em 1970 a população de Barcarena era pouco mais de 17 mil habitantes, 87% deles viviam no campo e se declarava produtor rural, quatro décadas depois a população tinha quadruplicado e 43,9% vivia na área urbana, a maioria se espalhou em novos conglomerados urbanos, como o bairro “Novo Paraíso, Foguetão, Novo Horizonte, Beira Rio, Paulo Fonteles, todas localizadas nas proximidades da PA-481” (CUNHA; SILVA, 2006. p.08).

Sabemos hoje que as ações voltadas ao desenvolvimento das áreas periféricas é uma falácia sem fim dos governos do estado e do município, a empresa desempenha pouca ou nenhuma atuação nas comunidades, a mão de obra desses bairros não são absorvidos no grande empreendimento, e quando fazem algum tipo de ação, são sempre de cunho assistencial, a grande maioria da população vive precariamente e sem contar com a intervenção político-social adequada à conquista e manutenção de seus direitos, sobrevivem da prática política do paternalismo que constitui a forma de governo local, conforme nos esclarece Nahum (2008, p.79). A empresa nesse contexto se ver desobrigada em fazer intervenções que beneficiem a população, pois pagam os royalties devidos ao estado.

A pergunta que nos moveu em direção a este trabalho partiu da premissa da necessidade de encontrar a relação entre os homens das comunidades tradicionais e o pretense progresso, nos questionávamos, deste direito ao progresso e ao desenvolvimento, quem desfrutaria? Como reagiram as populações locais e migrantes após a implantação dos planos do capital? Quais as formas novas de organização social, cultural e política que surgiram e quais foram transformadas ou reestruturadas?

Neste contexto de estruturação/reestruturação, pela busca de direito, as minorias representadas pelos povos tradicionais que se constituíram redes de solidariedades diversas, contaram com o apoio de agentes da *Comissão Pastoral da Terra* (CPT), criada em 1975, que posicionaram-se em favor das questões do homem do campo (posseiros, indígenas e ribeirinhos). Questões essas que se acirravam ainda mais, a partir do momento em que se constituía uma força reacionária de retomada das entidades sindicais por novas lideranças que

se formavam (POLETO; CANUTO, 2002), forjadas por circunstâncias como: a enorme exploração de mão de obra, a falta de estabilidade financeira gerada pela construção do parque industrial da Albrás/Alunorte, ações de expropriação e conflitos ligados à espoliação das terras de pequenos proprietários.

2.2 O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barcarena

O Sindicato dos Trabalhadores rurais de Barcarena na época de sua fundação não diferirá, em sua atuação, dos demais sindicatos fundados na mesma época, a década de 1970, por esse mote estará atrelado ao projeto de controle dos governos militares sobre os trabalhadores rurais na perspectiva de ação assistencialista da criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL). Mas também na década de 1970 e, principalmente em 1980, outras circunstâncias foram decisivas para o surgimento de lideranças outras, forjadas por uma conjuntura nova, que queria mais do que as poucas políticas assistenciais que o governo tinha a oferecer e desembocaram em árduas lutas pela posse de suas terras.

No caso de Barcarena e dos trabalhadores rurais, a tomada de consciência dos sindicalizados, para o exercício do poder pelos mesmos na entidade que dizia os representar, deu-se em muitos aspectos relacionados a ações definidas pelas diretrizes da Teologia da Libertação (TL), a exemplo do que aconteceu com as entidades sindicais de Cametá, exposto por Wanzeler (2015, p. 88),

[...] a igreja Católica foi uma força fundamental que se articulou para a organização de sindicatos e para a fundação de associações rurais. [...] Neste sentido, a formação política desempenhada pela igreja orientou-se numa concepção de atendimento “aos pobres”, incluindo neste conjunto os lavradores. A maioria dos movimentos católicos que dedicaram esforços à educação passou a ver os sindicatos como um potencial instrumento de organização dos trabalhadores do campo, por onde seria possível desencadear transformações locais e também na estrutura socioeconômica brasileira.

Em Barcarena a organização em comunidades Eclesiais de Base (CEB'S), transformou profundamente a estrutura do sindicato assistencialista, na medida em que os padres se envolviam diretamente na formação social dos Trabalhadores, como aliás ocorrera em outros lugares, orientados pela TL, a atuação das pastorais no campo ético-político, caracterizou um novo tempo fundamentado na “voz e vez do povo” (DOIMO, 1991, Apud PALHETA, 2004).

A primeira liderança que atuará no STTR-Ba e que não estava aliançada à proposta do Estado no ideal pelego-assistencialista, será o senhor João Batista, que incentivado pelos ideais da TL se filiará ao sindicato pelego, já com a intenção de ser um associado ativo, e que

segundo suas próprias palavras será alimentada pela formação fundamental fornecida por padres engajados da CPT, como o padre Sérgio Tonetto.

Ainda que haja outras questões relacionadas a uma igreja católica comprometida com os interesses do mercado industrializante que se implantará no município de Barcarena, e que estão expostos na obra de Maia (2017, p.41), onde parte do alto clero e dos bispos da igreja lucrarão consideravelmente com as vendas das terras da antiga prelazia para a CODEBAR.

Ironicamente, ao tempo em que, segundo consta em Maia (2017), o alto clero católico lucrava com as terras repassadas ao estado, por meio dessas companhias, outra parte do clero, mais engajada politicamente com os menos favorecidos, se decidia por ajudar os povos tradicionais, atingidos pela ausência de políticas públicas,

[...] Favacho (1984, p. 90) cita o papel dos círculos bíblicos, como exemplo de uma metodologia empregada pela igreja Católica. Ele explica que funcionavam como verdadeira aula de conjuntura política, que na maioria das vezes era realizado nas casas das famílias, que pertenciam as Comunidades Cristãs, e também serviam de formação para as lideranças sindicais. Neste, era empregado o método “ver, julgar e agir”. “Ver” consistia em fazer um levantamento dos problemas enfrentados pelos trabalhadores na esfera pessoal, familiar, escolar, cultural, política, socioeconômica e religiosa. (WANZELLER,2015, p.88)

Seguindo os preceitos do cristianismo combativo de injustiças sociais que se fortaleceram em ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), muitas lideranças surgiram em Barcarena, e a grande maioria construída pela experiência negativa das ações do Estado que se concentrava na retirada dos posseiros de suas terras, para facilitar a construção do parque industrial da Albrás/Alunorte. Estes homens e mulheres que se uniram mais tarde com o propósito de refazer suas vidas, encontraram força para resistir na pastoral e a posteriori nos sindicatos (PETIT, 2003).

São lideranças como o senhor João Batista, que chegou ao sindicato no ano de 1984, por indicação de um padre da paróquia de Barcarena, que o incentivou a se filiar, segundo ele mesmo, até este momento o presidente do sindicato havia sido nomeado (não eleito), pelo próprio prefeito. Na época de sua filiação a presidência era exercida por um senhor que atendia pelo nome de João Perigoso, e agia como o pelego que era, a única função do sindicato fora fornecer serviços ambulatoriais e entrar com pedido de aposentadorias dos trabalhadores rurais que já tinham se enquadrado nos critérios do governo para receber este benefício.

Olha eu comecei a trabalhar o movimento sindical, eu tinha uns 20 anos ainda, na década de 80, em [19]84, quando a gente tinha como objetivo retomar o sindicato dos pelegos, porque o sindicato não defendia os trabalhadores ele defendia os grandes proprietários, os comerciantes então os trabalhadores quando começaram a sofrer com a entrada da Albrás/Alunorte, o sindicato não prestou serviço naquela época, então a gente entrou como oposição sindical, em [19]84. Só em [19]86 que a gente conseguiu ganhar a diretoria ligada aos trabalhadores. Aí em [19]88 após três anos, foi que eu passei a ser presidente do sindicato, mas a partir de janeiro

de [19]89 eu passei a ser o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Nesse período aí de [19]89, nós mudamos o estatuto sindical, que tinha muita coisa lá que não batia com a luta dos trabalhadores e a defesa dos trabalhadores, então foi aí que a gente mudou o estatuto e passamos a adotar as assembleias gerais pra determinar as eleições do sindicato que antes era sobre eleição, e a partir de [19]89 passou a ser congresso. Então neste período foi uma área muito conflituosa, porque no Arauaia existia os grandes proprietários que tinham lá os trabalhadores lá trabalhando sobre a terça parte, não era nem “meia”, era uma terça que eles ganhavam e aí a gente começou a defender esses trabalhadores, eles tinham muito direito mais do que isso. (JOÃO BATISTA, 2018)

A primeira grande luta do sindicato, fora livrar o STTR-Ba das mãos dos pelegos, em seguida mudar o estatuto que os amarrava as políticas assistencialistas, esse anseio era tão de pronto, conforme nos relatara o senhor João Batista, que pouco tempo após sua filiação assumiria como membro diretor em três anos passara a presidência do mesmo. Segundo os relatos colhidos durante as entrevistas fica evidente que haviam muitas questões não resolvidas em relação a posse e ao direito ao uso das terras.

As décadas de 70, 80 e 90 do século XX, anunciavam planos de prosperidade para a Amazônia, os militares anunciavam em 1974, o II PND, e junto com ele foram criados os Programas de Desenvolvimento para a Amazônia, o POLAMAZÔNIA, e antigos e novos proprietários (sesmariados dos quais seus descendentes reclamavam as áreas), interessados em preservar suas “propriedades”, e afim de evitar que as preteridas ações do Estado levassem à colonização das áreas por parte dos posseiros, a maioria habitantes tão antigos que nem sequer conheciam mais os ditos herdeiros, a possibilidade de reclamarem as terras que habitavam como suas, fez com que os “herdeiros” aparecessem. (CARMO; CASTRO; PATRÍCIO, 2015).

O STTR-Ba, se viu nos anos 80 e 90 frente a questões que se levantaram com ímpeto assustador, a relativa paz e os comportamentos das populações tradicionais se viram ameaçados frente às ambições dos grupos que se instalaram na Amazônia, segundo o senhor João Batista,

[sobre a remoção de comunidades] a questão do Curuperé, das grandes empresas, da chegada da Albrás/Alunorte, o pessoal da comunidade de Montanha foi transferida, na década de 90, de Montanha pra Curuperé, essa mesma comunidade foi deslocada depois de Curuperé pra Nova Vida, que fica próximo da cidade de Barcarena aí uns 10 Km, então esse pessoal sofreu muito e continuam sofrendo, porque eles perderam a área de trabalho, porque eles eram pescadores e viraram agricultores, passaram a trabalhar nas indústrias e o emprego em Barcarena hoje é muito difícil, então o pessoal ainda sofre.[...]as outras áreas, área da região do Arauaia, ilhas do Arapiranga, ilha das onças, Trambioca, essas áreas foram conflituosas, e a gente teve vários problemas de despejo e ameaças de despejo. Em Conde nós tivemos três despejos, a gente teve que acompanhar, no Arauaia, tivemos despejo. No Trambioca não chegou a ter despejo, nem no Arapiranga, mas chegou perto.

As estratégias tomadas pela CDI e pela CODEBAR eram muito peculiares, as remoções eram feitas em partes pequenas, as famílias não recebiam o mesmo tratamento,

alguns recebiam uma parca indenização, outros apenas recebiam outra área de terra em outra comunidade, outros ainda se empregavam nos canteiros de obra, conforme consta em Fontes (2003), saíam de suas terras motivados pelo discurso de desenvolvimento e progresso, e buscando alternativas para suas vidas nos novos bairros que se formavam espontaneamente na cidade de Barcarena. A estratégia desarticulava qualquer forma de organização imediata, e até que os efeitos das remoções fossem percebidos, a possibilidade de voltarem aos seus antigos lares, já se havia dissipado.

Segundo Marcel Theodoor Hazeu (2015, p. 100),

Nesta organização da nova ocupação foi feita a compra de uma área registrada como propriedade da prelazia de Abaetetuba, e de outras terras formalmente registradas por particulares, enquanto outras áreas simplesmente foram consideradas como terras devolutas e apropriadas. A terminologia usada para falar da população e das comunidades existentes nas terras visadas era de “ocupações” e “posseiros”, criando a ideia da sua presença ilegal e a legalidade de outros agentes como verdadeiros donos da terra, como o Estado, que, portanto, apoderava-se das terras para poder ocupá-las e vendê-las

Eram questões muito novas para esses sindicalistas que contaram com o apoio jurídico da Federação de Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos padres da TL, os sindicalistas reagiram o quanto podiam, mas o capital era amparado e protegido pelo Estado, foi necessário preparar o trabalhador para os embates, nas falas dos sindicalistas Jorge Cascaes e João Batista, o sindicato passa a ser compreendido não só como lugar de luta e resistência, mas se efetiva como um campo de trabalho. Em certo aspecto é o que Gilmar Pereira da Silva (2009, p.141), reflete sobre a orientação dada pela CUT, na formação pretendida em um “homem integral”, capaz de assumir o sindicato, encaminhando para a representatividade, seja em nível institucional, seja “dirigindo a reza na comunidade”.

Nas falas do atual vice-presidente do STTR, João Batista, fica evidente que essas prerrogativas da CUT foram incorporadas pelos trabalhadores nas experiências formativas na Amazônia, fugindo do controle do Estado militar, a resistência conseguiu penetrar nas CEB'S e formar cidadãos ativos para o trabalho militante de proteger os interesses que lhes considerem como homens e mulheres importantes, no dizer de Ganzer (2005, apud Silva, 2005) educar o amazônida, não se pode fazer sem que estes se sintam valorizados em suas atividades de trabalho, nas suas características peculiares de moradias, mas acima de tudo compreendendo “que a Amazônia é também a sua casa, que nelas devem preservar e defender o direito de viver nela”(SILVA, 2005, p. 138).

Eu comecei no movimento jovem da igreja católica, eu era animador de comunidade, eu tava com meus 16/17 anos, quando eu trabalhava isso nos anos

oitenta, eu morava no Arapajó na Ilha Trambioca, a partir de [19]86 eu já era filiado no sindicato, em [19]84 eu me filiei no sindicato, em [19]88 eu era apenas um sócio do sindicato, mas já trabalhava na igreja, através das comunidades eclesiais de base, então em [19]88 é que eu fui candidato, em [19]88. **Então, de [19]84 à [19]88 eu trabalhava pela igreja, e o que a igreja nos colocava era que o que a gente podia trabalhar nas comunidades era sobre fé e política, porque nós tava vivendo uma situação difícil no Brasil, com que os direitos não eram respeitados e o movimento sindical, que pra nós era o prato do dia.** Nós tinha que ganhar o sindicato pra poder representar os trabalhadores, e aí a gente trabalhou e graças a Deus, a gente ganhou a diretoria. (JOÃO BATISTA, 2018.Grifo nosso)

As perspectivas propostas pelas entidades que defendiam os trabalhadores foram vitoriosas e inspiraram muitas lutas que o STTR-Ba travou nos anos de 1980 e 1990, incomodaram tanto por suas conquistas ao ponto de serem tomados como inimigo dos produtores de Barcarena, interessados apenas na expropriação e na consequente supervalorização, que criam, aconteceria após a entrada dos grandes projetos (SACRAMENTO,2007, p.33). Os “posseiros” eram, nesse cenário, inimigos do progresso do Município e, por conseguinte, do Estado.

Mas para essas populações tradicionais a defesa de seu território fora - conforme explicitado no excerto acima – “o prato do dia”. Era exatamente esse o cerne da questão: a luta pela própria sobrevivência. Toda a relação que haviam estabelecido com suas pequenas propriedades representava a razão de sua existência, a terra em que viviam era a razão pela qual pretendiam continuar a luta. Não se queriam perceber como “intrusos posseiros”, negavam essa posse acusada de tomada do bem alheio, a relação que tinham com seu território, era embrionária.

Os estudos relacionados aos embates que se desenvolveram em Barcarena, dedicaram especial atenção à região do entorno do projeto Albrás/Alunorte, hoje, porém são objetivos deste trabalho, demonstrar que as questões agrárias no campo barcarenense, não se limitaram a peões trabalhadores ou pretendentes a empregados das fábricas, nas firmas que se instalaram. Segundo Elias Diniz Sacramento (2007, p.43),

Os municípios pertencentes à região Guajarina, como já foram citados, também passavam a ter a figura do trabalhador rural que começava a perder suas terras, tudo em consequência dos projetos agroindustriais [**no caso de Barcarena Industrial**], instalados nesses municípios e muitas famílias eram obrigadas a migrarem para as cidades, algumas por que ficaram seduzidas por uma oferta tentadora, outras as vezes eram expulsas de suas terras, sem nenhum direito. (Grifo nosso)

As tensas questões que se desenvolviam na área urbana, em torno das desapropriações para a construção da Albrás/Alunorte, não se restringiram à cidade, também se manifestaram nas zonas rurais, chamadas pelos líderes sindicais de questões da “estrada” e das ilhas, quanto

mais próxima da sede do município ficavam as terras, mais as questões se acirravam, pela valorização e especulação que elas geravam, sobre esses conflitos,

a gente conseguiu levar nas questões judiciais e ir ganhando questões que eles entravam com reintegração de posse e nós questionava, nós pegava a assessoria jurídica do sindicato, junto com a Fetagri, com a CUT a gente conseguia reverter, graças a Deus nós não tivemos despejo na Trambioca, mas nas outras ilhas chegamos a ter sim. Na Arapiranga também não chegamos a ter despejo, mas chegou quase perto, então essa foi a grande mudança que teve da atuação do sindicato dos pelegos de [19]86 pra [19]88, nós ganhamos em [19]86, até em [19]88 a gente não conseguia tocar esses processos que defendessem os trabalhadores, porque o próprio estatuto não dava direito pra que a gente defendesse os trabalhadores. Isso só veio acontecer a partir dos anos 90. (JOÃO BATISTA, 2018)

O medo e a ameaça eram constantes, e os sindicalistas, com poucos recursos jurídicos, se viam sempre enfrentando os fazendeiros que apresentavam documentos que lhes conferia a cadeia dominial das terras ocupadas, em grande medida, secularmente, pelos posseiros que preocupados em serem despejados, procuravam o sindicato, pois muitos já conheciam os sindicalistas pelas falas dos padres que visitavam as CEB'S do interior e ouviam suas queixas e os orientavam para a resistência e para o sindicalismo.

Os membros da diretoria eram os mais visados, pois compunham a oposição sindical, e isso por si só, já era uma luta pesarosa, eram homens do campo praticando algo novo para eles, contestando a velha política e por isso, ficavam suscetíveis às constantes ameaças, quase sempre acusados de incitarem a luta pela posse da terra, como se isso fosse uma contravenção, conforme João Batista, nos relatou,

Então foi a partir de janeiro de [19]89 que a gente trabalhou a mudança do estatuto, de várias coisas que tinha, que impedia o sindicato de defender os trabalhadores, foi a partir desse momento que eu estava com 20/22 anos de idade que eu já comecei a trabalhar como sindicalista, então era difícil, a gente teve várias ameaças de morte, eu fui ameaçado de morte no Arauaia, eu fui ameaçado de morte no Arapiranga, eu fui ameaçado de morte na Ilha das Onças, eu fui ameaçado de morte na ilha da Trambioca, eu fui ameaçado de morte na região do Conde, do pessoal do Curuperé, do Bairro Industrial. Então foi um período que eu fiquei meio em choque, pensava até de sair do sindicato, parar a luta, mudar de município, mas depois eu voltei e com fé em Deus a gente conseguiu, e essa parte a gente pulou, a gente passou.

As conquistas realizadas por estes trabalhadores fortaleciam os sindicatos, que agiam em parceria com outros sindicatos da região, orientados pela FETAGRI, e organizados pela FASE na área Guajarina. Apesar do medo, o conhecimento de que as lutas na região eram coletivas, fortaleciam a resistência, nem mesmo a perda de trabalhadores, a exemplo do que ocorreu em Tomé-Açu, com o Sindicalista Benedito Alves Bandeira, ou no Moju, com Virgílio Serrão Sacramento, essas baixas no movimento, não os calou, o feito fora exatamente o contrário, criou ainda mais uma rede de solidariedade composta por grupos engajados, nas

confederações, federações e sindicatos de trabalhadores rurais, por agentes da CPT, a exemplo do padre Sérgio Tonetto (SACRAMENTO, 2007).

Manter as famílias na terra, buscar indenizações à outras já despejadas, combater as perseguições aos moradores das estradas e das ilhas, constituíram e constituem as bandeiras de luta dos STTR- Ba, não terem conseguido reverter a questão da colônia agrícola do CDI, é vista com enorme pesar pelos sindicalistas, mas também entendem que fora por causa de problemas como o gerado pela implantação do grande projeto da Albrás/ Alunorte, que conseguiram evitar que ações que se manifestaram a posteriori fossem vitoriosas em favor da patronal.

Antes das desapropriações da CDI e da CODEBAR, esses posseiros eram apenas homens do campo, vivendo suas vidas e explorando a terra de maneira sustentável, não tinham muitos recursos, mas também não eram expurgados das áreas que acreditavam serem seus domínios. O progresso que alçaram para o município, revelou privilégios que suscitaram perseguições a níveis desconhecidos pelas populações tradicionais. O “progresso” os alcançou de maneira a não os privilegiar, cristalizou antigas práticas de dominação colonial e revelou outras novas.

Segundo o senhor João Batista o caso das remoções das famílias do Curuperé, que foram entendidas pelas ações do Estado como enclaves, e como tal deveriam ser removidas, foi o primeiro grande problema que o sindicato teve que enfrentar, não só com relação a mudança de lugar, mas a própria função da condição de trabalho, o costume com as condições as quais estavam inseridas nas terras que possuíam,

P: O senhor disse, em outro momento, que eles [moradores do Curuperé] mudaram a função deles: de ribeirinho pra trabalhador rural que trabalha só na agricultura, na “roça”, o que fez com que eles, de certa maneira, abandonassem a terra. Por que ocorreu desse modo?

S: Na área que eles foram colocados na região da terra firme, não tinha poços, era longe da água, eles eram acostumados todos os dias com a água, aí já tiveram que carregar água as distancias pra beber, porque não tinha, não tinha nada, o governa não criou nenhuma infraestrutura, quem fez alguma coisa foi a empresa a CDI, por isso o nome lá da área lá da Colônia Agrícola lá, é CDI, então a empresa CDI que foi criada pelo governo do Estado pra trabalhar essa situação. Enquanto isso a CODEBAR se preocupou em fazer a instalação do centro urbano de Vila dos Cabanos, então a CODEBAR cuidou do Centro Urbano de vila dos cabanos e a CDI cuidou da questão rural, então foi uma situação muito drástica de mudança pros trabalhadores rurais, eles eram ribeirinhos né!?! (JOÃO BATISTA, 2018)

Não fosse a ação do STTR, as relações sociais em Barcarena poderiam ter resultado em ainda mais conflitos, a tomada da direção do sindicato pela oposição sindical fora fundamental para manter as famílias em suas terras, a exemplo do que temos nas ilhas do Trambioca, na região do Arruaia, em que os documentos de posse sesmariados, doados por

Dom Pedro II, foram contestados pela assessoria jurídica contratada pelo sindicato com o apoio da FETAGRI.

[...]fazendeiros que tinham adquirido a cadeia dominial, eles diziam eram donos da Ilha do Arapiranga, isso em 90/93, que quando eu comecei lá, reunir com eles, foi quando eles já tinham uma ordem de despejo, com a gente já através do Paulo Rocha, que na época era um Deputado Federal que o PT já tinha, aí tinha também o Miriquinho que era um estadual, a Aida Maria que era da região de Cametá, também já era uma deputada estadual, eles ajudaram muito a gente a reagir essa pressão desses fazendeiros. Tivemos várias reuniões na Ilha do Arapiranga, e depois tivemos audiência na polícia em Belém, na delegacia lá da sacramenta, no Incra, no Iterpa, e graças a Deus a gente reverteu lá. Eram documentos muitos antigos que foram expedidos até por Dom Pedro II, tem documento assinado por Dom Pedro II, e na Trambioca tinha até uma certidão de Sesmaria, que também foi expedida por Dom Pedro II, no Arauaia também apareceu uma certidão de sesmaria, que também foi expedido por Dom Pedro II. E esses empresários, esses fazendeiros eles têm esses documentos antigos. O do Arauaia é tratado que ela não vale mais, ela perdeu a validade porque não foi recadastrado pelo INCRA, nem pelo Iterpa na data hábil de ter feito isso, eles não fizeram, depois da Constituição de [19]88. Depois da Constituição de [19]88 eles tinham um prazo até 1991 pra regularizar essa situação das sesmarias e não fizeram. (JOÃO BATISTA, 2018).

A firmeza com que defendem suas terras, o orgulho que tem ao contarem suas experiências com a luta sindical, as de outrora e as lutas que ainda travam, são fundamentais para perceber o qual importante se constitui a educação de homens e mulheres do campo voltados para a valorização de suas tradições, seus modos peculiares de vida. Mas, acima de tudo, não concentrou apenas na luta pela terra, o sindicato, abriu as portas para outras formas de organização como associações e cooperativas.

Também contribuíram para formar uma consciência cidadã, o que fez homens e mulheres engajados, que em busca de mais dignidade exigiam, escolas para seus filhos, transporte público, saneamento e postos de saúde em áreas, antes apenas vistas como currais eleitorais.

No caso das populações das ilhas que circunvizinham Barcarena, passam não só a ter acesso a terra, mas também acesso a espaços e políticas públicas, as ilhas tiveram nos anos de 1990 e 2000 uma conquista grandiosa frente as grandes empresas que brigavam judicialmente com os posseiros das áreas alagadas, o governo federal, através da Superintendência de Patrimônio da União (SPU) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), reconheceu essas terras como Assentamentos Extrativistas e os concedeu títulos de posse de terra coletivas em nome de suas respectivas associações de moradores. Essas lutas e embates coletivos são vitórias de populações tradicionais que superaram suas dificuldades e que, aprenderam que a solidariedade entre eles constrói identidades e os posiciona como sujeitos de sua própria história.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere aos conflitos de terra e ao sindicalismo, existentes em Barcarena, elas foram motivadas por conflitos que se acirraram com a implantação do II PND e, a consequente, implantação do projeto Albrás /Alunorte, mas são esses conflitos, grandemente, continuidades ou desdobramentos de conflitos anteriores aos anos 70 do século XX. Os principais atores sociais envolvidos nesses conflitos eram posseiros que se viam em enfiamentos com supostos proprietários e/ou grileiros. As más condições de trabalho do tipo de meeiro¹⁶ ou safrista¹⁷ também se acirravam.

A ação da pastoral da terra, nas comunidades eclesiais de bases, fora responsável por divulgar direitos, como a Lei de usucapião das quais os trabalhadores passaram a fazer uso, nas reivindicações pela terra que chegavam ao sindicato dos trabalhadores rurais, era inclusive essa lei que constantemente acionavam quando eram preteridos da posse da terra.

A violência fora um elemento presente nos conflitos por terra nessa região. Em alguns casos, além dos posseiros, os advogados e os dirigentes sindicais que emergiram na diretoria passaram a sofrer ameaças de morte. Suas principais bandeiras de luta eram as reivindicações motivadas pelas desapropriações que se avolumavam nos perímetros da zona urbana, próximas ao complexo Albrás/Alunorte, e na zona rural, onde havia o deslocamento de novos peões, os “de casa”.

Nesta pesquisa, buscamos aprofundar os questionamentos referentes as disputas hegemônicas no sindicato, mas também nas relações entre os produtores tradicionais, membros das famílias mais abastadas que se perpetuavam no poder municipal e alimentavam uma rede paternalista na política interna em consorciamentos que incluíam o poder clerical. Os anos de 1980, rompe alguns desses antigos paradigmas, no sentido da criação de entidades representativas dos trabalhadores, em nível nacional, como a FETAGRI e a CUT, que foram fundamentais na formação de uma sociedade mais contestadora, e que se aliaram aos preceitos

¹⁶ A modalidade de trabalho meeiro, em que os trabalhadores recebem um pedaço de terra de maneira emprestada e tudo que nela for produzida é dividida “ao meio” com o “patrão”. Em geral, nessa modalidade está inserida práticas como o aviamento, que prende o trabalhador às vontades do “dono da terra”. (Consultar <https://www.dicionarioinformal.com.br/meeiro/amp>).

¹⁷ O Safrista é contratado para o período em que o trabalho é mais necessário, as safras. Por essa modalidade, não está preso a terra de um único patrão, em geral é um trabalhador proativo, adaptando-se às atividades que são necessárias ao longo do ano, em diferentes funções. Exemplificando: hora apanha açaí, outra sangra a seringueira, ainda faz roçados, pesca e/ou retira madeiras. (Consultar <https://direitodireitojt.jusbrasil.com.br/artigos/306814209/empregado-rural-e-safrista/>)

do novo associativismo- cristão que se manifestou na região Guajarina, alicerçados nas figuras de padres das TL, como o padre Sergio Tonetto.

Na ausência de políticas públicas, em particular naquelas voltadas para a educação, pudemos observar a ênfase dada pelos sujeitos pesquisados, nas significativas contribuições dos grupos como a TL e a FASE, que atribuem suas conquistas, graças as aprendizagens significativas que possibilitaram a implementação de marcos nas lutas camponesas em Barcarena.

A nossa pesquisa teve como base o trabalho de campo, onde visitamos alguns bairros fundados a partir da migração oriunda dos planos do governo para o “desenvolvimento” do município, também acompanhamos algumas famílias no labor de suas terras que foram mantidas pela luta do sindicato e que exibem com orgulho de as terem preservado, mostrando o trabalho que fazem com base no extrativismo vegetal, mas também as áreas de plantio e manejo que mantem, inclusive, algumas delas, por meio de incentivos do governo como o Fundo Nacional de Financiamento do Norte (FNO), que conseguiram por estarem associados ao sindicato e as associações de suas respectivas comunidades.

Destacamos aqui a importância do sindicalismo na agricultura familiar, pois a própria consolidação do nome fora importante para que se percebessem como uma categoria historicamente construída, por essa definição eles se preservam, prestam serviços, representam e se defendem legalmente. Como agricultores familiares, e conhecendo sua importância, buscam ações diretas ao agricultor familiar na resolução de problemas que estão em outras escalas, que não só a posse da terra, mas a manutenção nelas, com amparo social.

Estes trabalhadores não terminaram suas lutas, o processo é longo e árduo, mas não limitam suas atividades a serem agricultores, são homens e mulheres que travam embates pela representatividade política, estabelecem laços de solidariedade, organizam-se em entidades, planejam suas futuras conquistas, como é o caso da construção, legalmente reconhecida pela SPU e pelo Incra, dos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAE'S), com títulos de terras coletivas em nome da associação de moradores das comunidades.

Por essa conquista, garantiu-se a construção de casas mais dignas, a implantação de escolas de nível fundamental, de postos de saúde e de distribuição de água, além de recurso financeiro, que foram considerados pelo governo federal, como “subsídios” e que foram fundamentais, pois como contrapartida o governo exigiu o uso sustentável das terras sobre seus domínios.

A manutenção das ações do sindicalismo em nome da representatividade de trabalhadores se faz, pela formação permanente de jovens, filhos dos sindicalizados, são os

Cursos de Formação Para jovens, que ao voltarem às suas comunidades fortalecem as suas entidades locais, as associações de moradores. Pela nossa experiência de pesquisa podemos afirmar que os trabalhadores que se alternam na diretoria do STTR-Ba, entenderam que sem educar seus jovens para a luta, suas terras não seriam mais suas, nem mais o sindicato existiria, a resistência ainda é necessária.

Há muitas lutas a serem travadas, os novos embates estão relacionados aos impactos ambientais das atividades minero-metalúrgicas dessas empresas que instalaram seus parques industriais em Barcarena, a poluição de ar e, principalmente, da água tem sido acompanhado pelo sindicato de perto, junto com entidades como a Universidade Federal do Pará e o Instituto Evandro Chagas, com quem tem parcerias para o melhor desenvolvimento dos seus trabalhadores e na tentativa de evitar os impactos ambientais provocados pela atividade dessas empresas.

LISTA DE ABREVIATURAS

ADEBAR – Associação dos Desapropriados de Barcarena

ALBRAS – Alumínio Brasileiro S/A

ALUNORTE – Projeto Alumina do Norte do Brasil S/A

AMIO – Associação dos Moradores da Ilha das Onças.

CEBS – Comunidades Eclesiais de Base

CDI-PA – Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará

CDI - Comitê de democratização da Informática

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CPT –Comissão Pastoral da Terra

CODEBAR –Companhia de Desenvolvimento de Barcarena
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAGRI – Federação de Trabalhadores na Agricultura
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNRURAL- Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IAP’S – Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA – Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
PAE’S – Programa de Assentamentos Extrativistas
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
SPU- Superintendência de Patrimônio da União
STTR-Ba – Sindicato dos Trabalhadores E trabalhadoras Rurais de Barcarena.
TL – Teologia da Libertação

FONTES

_____. Livros de atas do STTR-BA, ANO 1989, 1990,1992,1993,1995, 1996,1998, 1999.

_____.Relatórios da Associação de Moradores da Ilha das Onças (AMIO), ANO 1994 , 1995, 2004-2005.

_____.Processos sobre o Programa de Assentamento Extrativista (Cópia) que estão em litigio no INCRA, fornecido pela AMIO,ANO: 2006-2013

ENTREVISTAS

COSTA, Jorge Cascaes da. Há época dos conflitos aqui apresentados, este senhor compunha a diretoria como vice-presidente do sindicato em um mandato e fora por três mandatos delegado sindical, fora o fundador e primeiro presidente da Associação de Moradores da Ilhas das Onças, atualmente não está mais na diretoria sindical, e encontra-se no cargo de tesoureiro da referida associação. **Entrevista concedida a Daniele Barreto.** Belém, 15 març. 2018.

VIANA, João Batista. Fora presidente do STTR-Ba, por 5 mandatos e o primeiro a mudar o “estatuto pelego”, dando condições aos trabalhadores de reagir, a sempre esteve compondo a diretoria, mesmo quando não em linha de frente, atualmente é o vice-presidente. **Entrevista concedida a Daniele Barreto.** Barcarena, 16 out. 2018.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O que é Sindicalismo?**. São Paulo. Ed. brasiliense. 2ª edição.

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. **Grandes Projetos, Atores Sociais e Ações Locais no Baixo Tocantins Paraense: o caso de Barcarena**. In: VII Congresso Brasileiro de Geógrafo. Vitória-ES. 2014. <www.cb2014.agb.org.br>. Acessado em: 12/09/2018.

CUNHA, M.E.C.; SILVA, M.P. **O Uso do Território e as Relações de Poder no Município de Barcarena-Pa**. Belém, 2006. Disponível em: http://www2.ufpa.br/rcientifica/artigos_cientificos/ed_08/pdf/marcia_elaine.pdf. Acessado em: 10/11/18

DOSSE, François. **História do tempo Presente e Historiografia**. In: LAPUENTE. Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo (Orgs.). Diálogos do tempo presente: historiografia e história. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2017.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. **O peão de trecho e o peão de casa: identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE**. Novos Cadernos NAEA, Belém, v. 6, n. 1, p. 65-82, jun. 2003

HAZEU, Marcel Theodoor. **O não-lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena** Tese (Doutorado) – UFPA/ NAEA/ PPGDSTU, Belém, 2015. 337f.

LÖWY, M. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000. p.217. In: JURKEVICS, Vera Irene. A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, p. 241-249, 2003. Editora UFPR.

MAIA, Rosane de O. M.; MARIN ACEVEDO, Rosa E. **A arte da resistência de comunidades tradicionais em Barcarena (Pará) face à ordem do progresso industrial. 38º Encontro Anual da ANPOCS**. GT07 - Conflitos ambientais, Estado e ideologia do desenvolvimento: mediação e luta por direitos. Caxambu-MG, outubro, 2014. <<https://www.anpocs.com>> . Acessado em: 24/09/2018

MELO JÚNIOR, João A. C. de C. **As estratégias sindicais frente à crise do modelo sindical corporativista: sindicalismo cidadão e fusão sindical**. In: XII Congresso Brasileiro de Sociologia: “Sociologia e a Realidade da Pesquisa Social no Século XXI”. Belo Horizonte: 31 de maio a 03 de junho - UFMG.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **O Rural à La gauche: campesinato e o latifúndio nas interpretações da esquerda (1955-1996)**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

NAHUM. João Santos. **Usos do território, modernização e ações políticas conservadoras em Barcarena-PA**. Geosul, Florianópolis, v. 23, n. 45, p 65-84, jan./jun. 2008

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR**: Reflexões sobre as contribuições do Sindicalismo Rural na agricultura familiar. Revista NERA – ano 20, nº. 37 – maio/agosto de 2017.

PAULA, AEH. **A ação territorial dos sindicatos-revolucionários sob o Estado liberal**. In: *A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 87-172. ISBN 978-85-68334-67-6.<<http://books.scielo.org>>. Acessado em: 08/10/2018.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **As almas da Terra**: a violência no campo paraense. Dissertação (mestrado). UFPA/PPGHSA. Belém, 2007.

SANTIAGO, João Carlos Silva. **Trabalho e capital na Amazônia oriental**: operário versus reestruturação produtiva do complexo Albrás/Alunorte- 1990 a 2005. PPGSC/CFCH/UFPA, março, 2007.

SCHALLENBERGER, Erneldo. **O Associativismo Cristão no Sul do Brasil**: Contribuição da sociedade união popular e da liga das uniões Coloniais para a organização social e o desenvolvimento sul-brasileiro. Porto Alegre. 2001.

SILVA, Gilmar Pereira da. **Trabalhadores & Educação**: A Experiência da CUT Na Amazônia. vol.18, nº 1 – jan./abr. de 2009. pp. 135-144.

TEIXEIRA Marco Antônio dos Santos. **Algumas notas sobre o sindicalismo dos trabalhadores rurais após o golpe de 1964**. Revista de História, 2, 1 (2010), p. 121-136.

WANZELER, João Batista. **Educação em movimento, trabalhadores rurais em formação**: um estudo sobre lideranças no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá/PA (décadas de 1970-90). 2015. PPGEDUC. Cametá-Pará.